



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
(Do Sr. Jesus Sérgio)

“Susta os efeitos da Portaria nº 666, de 25 de julho de 2019, que dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustado os efeitos da Portaria nº 666, de 25 de julho de 2019, que dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 49, inciso V, da Constituição Federal assegura competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo nas hipóteses de extrapolação do seu poder regulamentar. No caso em tela, o Poder Executivo pretende por meio de Portaria Ministerial elaborar, aprovar e sancionar, legislação que não tramitou pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Ademais, o art. 1º da Portaria 666 é de uma abrangência inconcebível para um ato que pretende ser regulamentar. Parece difícil pra qualquer agente público responsável por aplicar a Portaria, definir o que é *“pessoa perigosa para a segurança do Brasil ou de pessoa que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal”*. Esse artigo 1º traz uma amplitude conceitual sem limites, necessitando o próprio artigo que pretende regulamentar, ser regulamentado para explicar o que pretende e até onde a lei pode chegar.



Então, pela Portaria 666 basta ser considerada “pessoa perigosa”, com toda a subjetividade que a expressão carrega, para ser deportada sumariamente em 48 horas? E onde ficam as garantias individuais? A presunção de inocência? O devido processo legal? O direito à ampla defesa? O princípio de igualdade entre estrangeiros e nacionais? De acordo com o texto, se for considerado “suspeito” e receber uma notificação de deportação, o imigrante tem 48 horas para se defender antes de ser efetivamente expulso. 48 horas para o estrangeiro apresentar defesa após ser notificado é um prazo inviável para que um imigrante consiga reverter a situação de deportação. Em uma deportação ordinária, há um prazo mínimo de 60 dias.

No entendimento da professora de Direito Constitucional da USP, Maristela Basso, “como o Congresso não aprovou deportações sumárias, Moro estaria legislando em seu lugar. Não é competência do Ministério da Justiça legislar sobre esse tipo de matéria que pede legislação federal”. Para a professora da USP, o Ministro Sérgio Moro faz confusão entre suas prerrogativas como ministro da Justiça e sua situação como ex-juiz que vem tendo diálogos pouco republicanos revelados pelo jornalista Glenn Greenwald, do site *The Intercept Brasil*. “O Ministério da Justiça não pode, a fim de atingir uma pessoa, editar uma medida dessas que tem repercussão geral, vai afetar milhões de pessoas”, defendeu Basso.

Na opinião de Rubens Glezer, professor de Direito Constitucional e coordenador do Centro de Pesquisa Supremo em Pauta da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-SP), “essa portaria viola valores da lei de imigração e [princípios] constitucionais importantes. A avaliação dessa portaria é indissociável do contexto em que o ministro está, contrariando as limitações legais em relação a investigações sigilosas da Polícia Federal. A edição da portaria acontece em um momento em que Moro trava com o jornalista americano Glenn Greenwald um debate a respeito de mensagens atribuídas a ele e aos procuradores da Operação Lava Jato publicadas no site *The Intercept*, de Greenwald”.

O professor Glezer prevê que a portaria dará início a uma longa batalha judicial. “A portaria aponta para um processo de desinstitucionalização, em que as autoridades políticas demonstram não se importar com os limites institucionais e jurídicos das suas funções. Elas perseguem o poder, sua agenda independente das limitações legais”, afirmou.

Já na opinião de Marina Faraco, professora de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), “a Lei de Imigração não prevê a classificação de pessoas como ‘perigosas’ para a segurança nacional, como na portaria. Esse termo era usado no Estatuto do Estrangeiro, que já está ultrapassado e em desuso. E portarias não podem criar nova hipótese de punição, por isso considero inconstitucional”, diz.



No § 5º do art. 2º, a Portaria 666, de 2019 estabelece que “a publicidade dos motivos da imposição das medidas previstas neste artigo está sujeita às restrições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso de Informação, à necessidade de preservar investigações criminais nacionais ou estrangeiras ou à preservação de informações sigilosas providenciadas por autoridade estrangeira”.

A portaria estabelece que, por motivos de segurança, o Estado pode fazer deportações sumárias sem dar publicidade aos motivos. Na prática, as razões para a expulsão do estrangeiro do país não estariam disponíveis ao público nem mesmo por pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação. Se estaria reativando a polícia política no Brasil? Ou o Ministro da Justiça está limitando os efeitos da Lei por meio de portaria? Ou as duas coisas?

Ao se decidir por essa portaria o Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Mouro, se impôs ao Congresso Nacional e ao rito próprio do processo legislativo. Não é admissível, como pretende o Ministro, regulamentar assuntos que não foram tratados na legislação em vigor aprovada no parlamento brasileiro.

Ao conferir ao Congresso Nacional a competência exclusiva de sustar os atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, a Constituição Federal assegurou ainda a hipótese de controle político dos atos administrativos, em preservação ao princípio da separação e harmonia dos poderes ou que violem direitos e garantias individuais, o que parece flagrantemente ser o caso. A referida Portaria invade as competências do Poder Legislativo e fere o princípio da hierarquia das leis ao tentar impor normas com efeito diverso daqueles pretendidos pelo legislador originário. Nesse sentido pode-se afirmar que a Portaria impõe ao Congresso Nacional, o poder-dever de sustar os dispositivos em referência.

Face ao exposto, conto com o apoio dos nobres Pares à presente proposição que visa coibir uma flagrante violação de competências.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO